

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

MARÇO

2011



FECHAMENTO: 11/02/2011 – EXPEDIÇÃO: 13/02/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 090/079 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 06

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- STF: Cópias de peças processuais – Permissão para estagiários e prepostos – Alteração da Resolução 402/2009.....089
- TRF-2ª R.: Custas devidas à União – Recolhimento.....089

DOCTRINAS

- A falsa notícia de crime e a figura típica da denúncia caluniosa – **Eliza Bianchi**.....088
- Incompetência relativa pronunciada de ofício – **Rodolfo Kronenberg Hartmann**.....087
- Voto no partido ou voto no indivíduo? – **Fernando Lemme Weiss**.....086

ESTUDO DE CASOS

- Bancos e administradoras de cartões – Responsabilidade solidária.....085
- Depósito recursal – Uso da Guia de Recolhimento – Hipóteses de deserção.....083

NOTICIÁRIO

- Destaques**.....081
- Arma de fogo: TJ-SP mantém *abolitio criminis* a portador
- Colarinho Branco: Supremo decide que lei é inconstitucional

- DPVAT: seguradora deve indenizar pais de nascituro morto
- Execução eletrônica: TST lança sistema em ações trabalhistas
- Honorários periciais: custas devem ser arcadas pelo Estado
- Proventos: TRF-1ª Região decide sobre acumulação de aposentadorias
- Relatório 2010: Supremo destaca avanço do processo eletrônico
- Salário atrasado: seguidas falhas faz empregado receber indenização
- Terrenos de marinha: demarcação deverá ser decidida por Luiz Fux
- Projetos de lei**080
- Alteração nas regras de punição ao licitante de má-fé
- Aumento do tempo de prisão antes do livramento condicional
- Inserção do conceito de compras sustentáveis na Lei de Licitações
- Isenção de tarifas bancárias para aposentados de baixa renda
- Mudança nas regras de relacionamento entre atletas e Clubes
- Penalidade para quem substituir ou retirar peças de produtos sem o aval do consumidor
- Prazo dobrado para registro civil de casamento religioso
- Concursos públicos**079

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 11/02/2011 – EXPEDIÇÃO: 13/02/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 096/081 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 06

TEMAS EM DESTAQUE
PROCESSO CIVIL
Ação de usucapião

♦ O fato de ter herdado um imóvel não retira o direito a usucapião especial, se ocorrida a prescrição aquisitiva e preenchidos todos os requisitos legais.

Desistência da ação

♦ A recusa do réu ao pedido de desistência deve ser fundamentada e justificada, não bastando simples alegação de discordância sem a indicação de motivo relevante.

CIVIL E COMERCIAL
Bem de família

♦ O fato de o imóvel dado em garantia ser o único bem da família certamente é sopesado ao oferecê-lo em hipoteca, ciente de que o ato implica renúncia à impenhorabilidade.

Seguro

♦ Comprovada a ocorrência do sinistro, não pode a seguradora recusar o pagamento da indenização ou condicioná-lo à conclusão de inquérito policial, por suspeitar de ato ilícito.

PENAL E PROCESSO
Entorpecente

♦ Para caracterizar o crime de tráfico de drogas não é necessária a efetiva prática de atos de mercancia, bastando que o agente traga consigo a substância.

Latrocínio

♦ No crime de latrocínio, ocorrendo uma única subtração patrimonial com duas mortes, resta caracterizado o concurso formal impróprio.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
Contrato de safra

♦ Regular a especificação do prazo contratual com certa flexibilidade, sem fixação de marco temporal certo para o término do contrato de safra.

Execução de sentença

♦ O sócio retirante da sociedade somente responde pelos débitos da pessoa jurídica até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
Desapropriação indireta

♦ Em se tratando de valorização geral ordinária dos imóveis, decorrente de obra pública de rodovia, não é possível o decote na indenização.

Direito à saúde

♦ O Estado é parte legítima passiva em demandas que versem sobre internações compulsórias e atendimentos na área de saúde mental e drogadição.

TRIBUTÁRIO
Imposto predial e territorial urbano

♦ O cessionário do direito de uso não é contribuinte do IPTU, haja vista que é possuidor por relação de direito pessoal, não exercendo *animus domini*.

Responsabilidade tributária

♦ A dissolução irregular da sociedade não alcança ex-sócio que se retirou regularmente da sociedade, alcançando apenas o sócio-gerente.



FECHAMENTO: 18/02/2011 – EXPEDIÇÃO: 20/02/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 106/091 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 07

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **TRF-3ª R.:** Agravo nos próprios autos – Procedimentos105
- **TST:** Comissão Nacional de Execução Trabalhista – Criação.....105

ATOS INSTITUCIONAIS

- **OAB:** Regulamento geral – Conselhos Seccionais – Alteração104

DOCTRINAS

- A viabilidade da terceirização de mão de obra – **Igor Almeida Lima**104
- Candidatos obesos, concursos públicos e o peso da justiça – **Vitor Vilela Guglinski**100
- Tendência publicista do Direito Processual Penal moderno: o magistrado e a verdade processual – **Tathiana de Melo Lessa Amorim**.....098

ESTUDO DE CASOS

- Medida cautelar – Produção antecipada de provas097
- Responsabilidade pré-contratual – Indenização por eventuais danos095

NOTICIÁRIO

Destaques.....093

- **Apelação:** fuga de réu não é impedimento para julgamento
- **Assédio moral:** caracterização sobre colegas da mesma hierarquia
- **Aval:** sócio não pode recorrer em lugar de empresa que perdeu prazo
- **Lavagem de dinheiro:** ação deve ser julgada na Justiça Federal
- **Precatório:** oferecimento à penhora pode ser recusado pelo fisco
- **Pré-contrato:** horas extras são nulas e remuneram jornada normal
- **Súmula Vinculante:** não incide ICMS na venda de sucata de veículo

Projetos de lei092

- **Aprovação do salário mínimo em R\$ 545**
- **Criação dos Juizados de Instrução Criminal**
- **Criação de Juizados Especiais Itinerantes**
- **Critérios na indenização de anistiados políticos**
- **Espera de 40 minutos em filas de aeroportos**
- **Instalação de postos de atendimentos por empresas de telefonia**
- **Reajuste da tabela progressiva do IRPF em 7,6%**

Concursos Públicos091

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- **Pesquisa de 14-2 a 18-2-2011**091

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 18/02/2011 – EXPEDIÇÃO: 20/02/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 112/097 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 07

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação civil pública

♦ Se não há má-fé no ajuizamento da ação civil pública, o Ministério Público não pode ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios.

Embargos de terceiro

♦ Sendo a embargante terceiro de boa-fé e não fazendo parte na relação processual, não poderá sofrer a fluência do prazo para opor embargos de terceiro.

CIVIL E COMERCIAL

Cartão de crédito

♦ Nada obsta a que a revisão abranja faturas de cartão de crédito já quitadas anteriormente ao período em que o saldo devedor deixou de ser honrado pela devedora.

Locação comercial

♦ Improcede o pedido de indenização por benfeitorias quando o contrato estabelece que qualquer benfeitoria se incorpora ao imóvel, sem direito à indenização.

PENAL E PROCESSO

Competência

♦ A competência para processar e julgar a conduta de omitir ou falsificar dados em carteira de trabalho e previdência social é da Justiça Comum Estadual.

Prisão preventiva

♦ O uso de algemas não está vedado pela Súmula Vinculante 11 do STF, desde que haja risco à vida de terceiros, dos policiais e à própria segurança do paciente.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Auxílio-acidente

♦ O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço não interferem na concessão do benefício de auxílio-acidente, o qual será devido ainda que mínima a lesão.

Confissão ficta

♦ Não elide a confissão a alegação de problemas no trânsito ou falta de luz cujos efeitos não são gerais e não impediram o acesso dos demais participantes da audiência.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação

♦ Na vigência de liminar impedindo a prática de atos tendentes a efetivar a desapropriação, não ocorre a situação de decadência do decreto expropriatório.

Ensino

♦ É de responsabilidade solidária dos entes federados não só fornecer escolas, mas também o transporte escolar gratuito às crianças e adolescentes do ensino municipal e estadual.

TRIBUTÁRIO

Contribuição previdenciária

♦ A contribuição previdenciária incide sobre o valor total pago a título de direitos trabalhistas, cuja sentença ou acordo judicial deixa de discriminar a natureza das parcelas pagas.

Imposto de renda

♦ Sendo o pagamento de honorários advocatícios proveniente de decisão judicial, a retenção do imposto de renda deve se procedida pela fonte pagadora.

INFORMATIVO



FECHAMENTO: 25/02/2011 – EXPEDIÇÃO: 27/02/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 120/107 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 08

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- STF: Súmula Vinculante 32119
- STF: Tabela de categoria de partes – Criação.....119

DOCTRINAS

- A Emenda Constitucional 66/2010 e os alimentos pós-divórcio – **Flávio Tartuce**.....118
- Controvérsias e particularidades acerca da responsabilidade subjetiva ou objetiva do empregador pelo acidente de trabalho – **Hélio Apoliano Cardoso**.....117
- Venda de bem imóvel através da participação em sociedade em conta de participação: aplicação das normas do CDC – **Hyltom Pinto de Castro Filho**.....115

ESTUDO DE CASOS

- Pensão por morte – Dependência econômica114
- Tortura contra menor – Desclassificação para crime de maus-tratos – Caracterização112

NOTICIÁRIO

Destaques.....109

- Direito Homoafetivo: I Congresso Nacional será realizado na OAB/RJ
- DPVAT: recebimento exige envolvimento do veículo em acidente

- Gestante: pedido de demissão gera renúncia de direitos
- Não habilitados: concordatária pode levantar valores de credores
- PASEP: Decreto-Lei que definia contribuintes é inconstitucional
- Plano de saúde: prótese é devida mesmo sem previsão contratual
- Por 4 votos a 2: julgamento sobre união homoafetiva é interrompido
- Protelação: réu que posterga atos não pode reclamar de morosidade
- Segurança: Juízes também devem passar por detector de metais

Projetos de lei108

- Dedução do IRPF no pagamento de imóvel
- Exigência de questões sobre Estatuto da Advocacia em concursos
- Informação do CNPJ pelas empresas que vendem pela internet
- Isenção de tributos para medicamentos para diabetes e hipertensão
- Obrigatoriedade a dispor de 0800 pelas médias e grandes empresas
- Obrigatoriedade na instalação de cronômetros em semáforos
- Sustação de atos do Poder Judiciário

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 21-2 a 25-2-2011107

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 25/02/2011 – EXPEDIÇÃO: 27/02/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 128/113 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 08

TEMAS EM DESTAQUE
PROCESSO CIVIL
Ação reivindicatória

♦ A admissibilidade da ação reivindicatória exige a presença de três requisitos: a prova da titularidade do domínio pelo autor, a individualização da coisa e a posse injusta.

Execução

♦ O magistrado pode exigir a apresentação de instrumento de procuração mais recente, sobretudo quando se trata do levantamento de numerário.

CIVIL E COMERCIAL
Direito de arena

♦ Válido o contrato celebrado entre duas pessoas capazes e aptas a criar direitos e obrigações, que ajustam um negócio jurídico tendo por objeto a prestação de um fato por terceiro.

Propriedade industrial

♦ O direito de exclusividade do uso da marca não deve ser exercido de modo a impedir o uso de marca semelhante deferido para produto de classe diferente.

PENAL E PROCESSO
Execução penal

♦ A posse de aparelho telefônico, rádio ou similar, ou dos componentes essenciais ao seu efetivo funcionamento passou a ser considerada falta grave.

Falsidade ideológica

♦ O crime de falsidade ideológica só se caracteriza quando a declaração falsa é dotada de força probante por si só, independente de qualquer comprovação ulterior.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
Contribuição previdenciária

♦ Em caso de acordo celebrado em juízo, o fato gerador da contribuição previdenciária ocorre somente na data do efetivo pagamento do crédito ao empregado.

Estabilidade provisória

♦ Se a confirmação da gravidez se dá após o decurso do aviso-prévio, ou seja, após a extinção do contrato, não há o direito à reintegração ou à indenização substitutiva.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
Direito à saúde

♦ A substituição de um medicamento por outro para tratar a mesma doença não constitui novo pedido, pois os objetos imediatos e mediatos não foram alterados.

Responsabilidade civil do Estado

♦ A prisão injusta revela ofensa à honra, à imagem, mercê de afrontar o mais mezinho direito fundamental à vida livre e digna, ensejando indenização por dano moral.

TRIBUTÁRIO
Imposto de renda

♦ O abono de permanência é produto do trabalho do servidor que segue na ativa, caracterizando inegável acréscimo patrimonial, o que enseja a incidência do IR.

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

♦ O deslocamento de bens ou mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma empresa, por si, não se subsume à hipótese de incidência do ICMS.



FECHAMENTO: 03/03/2011 – EXPEDIÇÃO: 06/03/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 136/121 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 09

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Registro Eletrônico de Ponto – Sistema alternativo de controle135

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CGJ-MG:** Taxa judiciária e emolumentos – Novos valores135
- **STJ:** Jurisprudência dominante – Súmula 471134

DOCTRINAS

- Responsabilidade trabalhista do Estado nos contratos administrativos – **José dos Santos Carvalho Filho**134
- Sentença liminar de improcedência em demandas seriadas (art. 285-A do CPC) – **Guilherme Kronenberg Hartmann**132

ESTUDO DE CASOS

- Estelionato – Concessão de privilégio – Requisitos.....126
- Intimação de sentença – Duplicidade de publicação – Recurso124

NOTICIÁRIO

- Destaques**.....123
- Abandono material de menores: Tribunal confirma condenação de mãe

- Caso Joanna: acadêmico confirma denúncia e tem prisão mantida
- Lentes de contato: CFM dispõe sobre atos exclusivos do médico
- Negociação sindical: participação do governo é inconstitucional
- Pisos salariais no RJ: STF declara inconstitucionalidade na lei
- Seguro: cláusula restritiva deve ser conhecida na contratação
- Taxa judiciária: valor atualizado pelo TJ-SC já está em vigor

Projetos de lei122

- Alteração nas regras sobre pagamento de multa trabalhista
- Autoridade Pública Olímpica
- Autorização para registro de condomínio como pessoa jurídica
- Certificação de qualidade para próteses médicas
- Modificação na indenização para anistiados políticos
- Proibição de revista íntima de mulheres em empresas e órgãos públicos

Concursos públicos121

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 28-2 a 3-3-2011121

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 04/02/2011 – EXPEDIÇÃO: 06/02/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 144/129 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 09

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Agravo de instrumento

- ♦ A distinção entre os despachos e as decisões interlocutórias impugnáveis via agravo de instrumento reside na existência ou não de conteúdo decisório e de gravame à parte.

Justiça gratuita

- ♦ A pessoa jurídica pode desfrutar dos benefícios da assistência judiciária desde que demonstre a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo da regular atividade comercial.

CIVIL E COMERCIAL

Fiança

- ♦ Válida a cláusula de contrato de locação por prazo certo que prorogue a fiança até a efetiva entrega das chaves do imóvel, expressamente aceita pelo fiador.

Responsabilidade civil

- ♦ O tomador de serviço somente será responsável pela reparação civil dos ilícitos praticados pelo prestador nas hipóteses em que estabelecer com este uma relação de subordinação.

PENAL E PROCESSO

Competência

- ♦ A Lei Maria da Penha não limita a violência doméstica e familiar aos crimes, devendo ser compreendida no sentido amplo de infração penal, abarcando também as contravenções.

Habeas corpus

- ♦ O *habeas corpus* não pode ser manejado como sucedâneo de revisão criminal à ausência de ilegalidade flagrante em condenação com trânsito em julgado.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Auxílio-reclusão

- ♦ A renda do segurado preso é a que deve ser utilizada como parâmetro para a concessão do benefício e não a de seus dependentes.

Sucessão trabalhista

- ♦ A ocorrência de sucessão de empresas acarreta a responsabilidade do sucessor quanto a débitos e obrigações trabalhistas, inclusive os já vencidos e anteriores à transferência da propriedade.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Limitação administrativa

- ♦ A proibição relativa à exploração da mata atlântica estabelecida pelo Decreto nº 750/93 constitui limitação administrativa, sujeitando-se à prescrição quinquenal.

Mandado de segurança preventivo

- ♦ O mandado de segurança preventivo exige efetiva ameaça decorrente de atos concretos ou preparatórios por parte da autoridade coatora, não bastando o risco de lesão a direito líquido e certo.

TRIBUTÁRIO

Contribuição de melhoria

- ♦ O fato gerador da contribuição de melhoria é o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas afetadas direta ou indiretamente pela obra pública.

Imposto sobre a propriedade de veículo automotor

- ♦ Tratando-se de IPVA, o prazo prescricional tem sua fluência a contar do dia 1º de janeiro do ano a que se refere, data do lançamento definitivo, salvo impugnação ou qualquer causa interruptiva da prescrição.

INFORMATIVO



FECHAMENTO: 11/03/2011 – EXPEDIÇÃO: 13/03/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 154/137 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 10

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Previdência Social – Benefícios pagos pelo INSS.....153

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **TRF-2ª R.:** Competência territorial e em razão da matéria – Alteração da Resolução 24/2010.....153
- **TRF-3ª R.:** Processos suspensos ou sobrestados – Procedimentos na fase de conclusão152
- **TRF-4ª R.:** Tabelas processuais da Justiça Federal – Comitê Regional – Criação.....151

DOCTRINAS

- Verdadeiro sentido do Exame de Ordem – **José de Freitas Guimarães**.....151
- Privatização penitenciária: legalidade e conveniência – **João Lopes**.....147
- Responsabilidade civil das empresas de ônibus em assaltos – **Andre Vallone**144

ESTUDO DE CASOS

- Alimentos – Fixação definitiva – Retroação – Impossibilidade143
- Emprego doméstico – Caracterização141

NOTICIÁRIO

- Destaques**.....140
- Boa-fé: vistoria de compras não configura conduta abusiva
- CDC: proposta de atualização tem apoio parcial na Câmara

- Conciliação: TJ-RS regulamenta procedimento em 2º grau
- Contribuinte de fato: STJ decide sobre restituição de tributo
- Ficha Limpa: trigésimo terceiro recurso chega ao Supremo
- Imposto de Renda: vale a pena antecipar a restituição?
- Jornada dura: comerciários trabalham além das 44 horas semanais
- PIS e COFINS: repercussão geral na exigibilidade para bancos
- Políticas públicas: CNJ vai avaliar grau de reincidência no crime
- Uniformização: suspensas ações sobre valor do DPVAT por invalidez

Projetos de lei138

- Advertência sobre sal nos rótulos de alimentos
- Atendimento *on-line* em órgãos públicos
- Atualização dos emolumentos de serviços cartoriais no DF
- Autonomia financeira às comissões permanentes
- Obrigatoriedade de comprovação de *recall* em vistorias
- Prioridade de exame pericial para mulher agredida
- Queixa em delitos de furto de baixo valor

Concursos públicos137

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 4-3 a 11-3-2011137

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 11/03/2011 – EXPEDIÇÃO: 13/03/2011 – ANO 2011 – PÁGINAS: 160/145 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 10

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Coisa julgada

♦ Suprido o vício detectado na demanda anterior, extinta sem resolução do mérito por carência de ação, é possível o ajuizamento de nova ação.

Penhora *on-line*

♦ Tratando-se de execução com garantia hipotecária, deve ser afastada a decisão que ordena a penhora *on-line* de ativos financeiros da empresa.

CIVIL E COMERCIAL

Compra e venda

♦ O que acarreta a nulidade das cláusulas, na maioria das vezes, não é o seu conteúdo, mas sim a redação confusa ou a tentativa de sua ocultação do consumidor.

Locação residencial

♦ Procedente a ação de despejo por falta de pagamento, a concessão da faculdade para desocupação voluntária constitui providência *ope legis*, incapaz de causar gravame à parte.

PENAL E PROCESSO

Injúria

♦ Se as ofensas à querelante foram de cunho pessoal e não em razão das funções que exercia como ouvidora, não se desloca a competência do juízo.

Pronúncia

♦ Havendo dúvidas quanto à real intenção de matar ou quanto à possível ocorrência de uma ação em legítima defesa, a solução é a pronúncia do réu.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Agravo de petição

♦ O agravo de petição somente é cabível contra as decisões definitivas/terminativas de 1º grau, não sendo admissível em face de meros incidentes.

Bancário

♦ O empregado de instituição bancária que exerce a advocacia enquadra-se na categoria profissional dos bancários, submetendo-se à jornada especial.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Fornecimento de água

♦ Independentemente da natureza da obrigação, não cabe responsabilizar o atual usuário por débito pretérito relativo ao consumo de água de usuário anterior.

Pensão por morte

♦ O marido não inválido também faz jus ao recebimento do benefício de pensão por morte, em face do falecimento de sua esposa, servidora pública estadual.

TRIBUTÁRIO

Imposto sobre serviços

♦ Não se deduz da base de cálculo do ISSQN o valor dos materiais utilizados na produção de concreto pela prestadora de serviço.

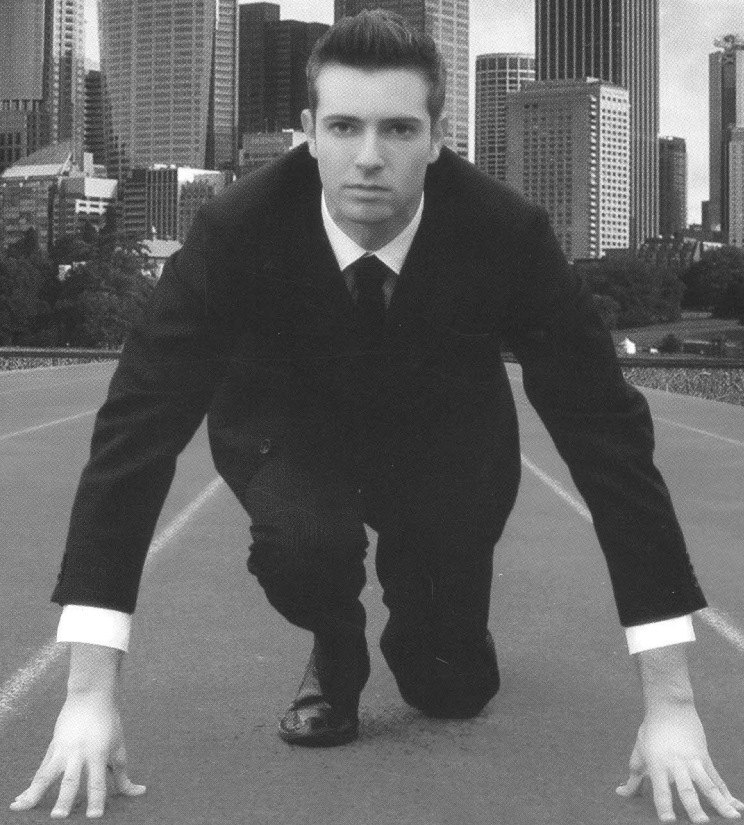
Responsabilidade tributária

♦ É responsável pelo pagamento do tributo o transportador, em relação à mercadoria transportada desacompanhada de documento fiscal idôneo.

SELEÇÕES JURÍDICAS

JANEIRO / 2011

Adv
ADVOCACIA DINAMICA
COAD



10 RAZÕES PARA INICIAR AGORA SEU PLANO DE MARKETING JURÍDICO

O MERCADO, OS CONCORRENTES E OS CLIENTES PODEM AGUARDAR. O ÚNICO QUE NÃO PODE MAIS ESPERAR A PROFISSIONALIZAÇÃO DO SEU ESCRITÓRIO É VOCÊ!

**JUDICIÁRIO
BRASILEIRO**

OS AVANÇOS E ENTRAVES DO
PROCESSO ELETRÔNICO EM 2010

**RÁDIO COMUNITÁRIA
CLANDESTINA**

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA
E EXCEPCIONALIDADE

**EMBARGOS À
EXECUÇÃO FISCAL**

DUPLA CONDENÇÃO EM
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

SUMÁRIO

JANEIRO | 2011

SELECÇÕES
JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

Repositório Autorizado
de Jurisprudência

STF
Registro nº 39/2008
(DJE, 4/4/2008)

TST
Registro nº 32/2007
(DJ-U, 17/10/2007)

DOCTRINAS

- A competência por prerrogativa de função e o Supremo Tribunal Federal** 03
Rômulo de Andrade Moreira
- Os avanços e entraves do processo eletrônico no judiciário brasileiro em 2010** 11
Alexandre Atheniense
- Rescisão do contrato administrativo por interesse público: manifestação do contratado** 16
José dos Santos Carvalho Filho

PANORAMA

- GESTÃO DE CARREIRA E MARKETING JURÍDICO**
- 10 razões para iniciar agora seu plano de Marketing Jurídico** 20
Ari Lima
- OPINIÃO**
- Brasil: discriminação étnica e guerra civil. É preciso botar o dedo na ferida** 23
Luiz Flávio Gomes

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**
- Concurso Público** 24
| Momento da exigência de habilitação
- Rádio Comunitária Clandestina** 26
| Princípio da insignificância e excepcionalidade
- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**
- Embargos à execução fiscal** 31
| Dupla condenação em honorários advocatícios
- TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
- Litispendência** 34
| Dissídio coletivo e ação individual
| Inexistência de identidade de ações
- Remuneração** 42
| Valor pago extra-folha a título de produção fixa
| Natureza jurídica

PUBLICAÇÃO MENSAL

2^{Ano}
011

Nº 3

MARÇO

ANO XXVII

BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

OS CONTEÚDOS DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (Flavio Correa de Toledo Junior)	273
SAÚDE MENTAL: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.216/01– Muito a Fazer: da Garantia da Dignidade Humana à Reserva de Vagas no Mercado de Trabalho para as Pessoas com Deficiência Psíquica (Lenir Santos)	280
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E A POSSIBILIDADE DE CONCILIAÇÃO NA SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Marcio Felipe Lacombe da Cunha)	292
APONTAMENTOS SOBRE A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (Lair da Silva Loureiro Filho)	300
ESTUDO DE CASOS: A INTERFACE ENTRE O DIREITO ADMINISTRATIVO E AS NECESSIDADES SOCIAIS (Leonardo Coelho Ribeiro e Rafael Vêras de Freitas)	318
PENSÃO ESPECIAL – Filhas de Ex-Combatente da Segunda Guerra Mundial – Instituição Embasada no Art. 30 da Lei nº 4.242/63 – Reversão de Cota-Parte, daquela que Venha a Falecer, em Benefício das Irmãs Supérstites – Possibilidade – Inteligência do Art. 9º, § 1º, da Lei nº 3.765/60 – Distinção do Quadro Normativo Aplicável à Matéria Antes e Depois da CF/88 (Tribunal de Contas da União)	330
TRANSPORTE COMPARTILHADO DE MALOTES (TCM) – Serviço de Compensação de Cheques – Contratação de Empresa Efetuada pela Febraban – Desnecessidade do Atendimento aos Preceitos da Lei nº 8.666/93 – Entidade Privada sem Fins Lucrativos – Exame da Escolha que Não Cabe ao TCU – Denecessidade, Ademais, da Participação da Corte no Processo de Adesão dos Bancos Públicos ao Serviço (Tribunal de Contas da União)	340

JURISPRUDÊNCIA

PROFESSOR – Demissão – Portaria de Instauração do Processo Administrativo e Relatório de Instrução – Inexistência de Resumo Circunstanciado – Incongruência entre o Fato Considerado pela Comissão Processante e o Tipo Descrito no Dispositivo Utilizado para Impor a Pena – Nulidade – Reintegração do Docente – Restabelecimento da Contraprestação Pecuniária – Reposição da Integralidade dos Vencimentos Não Recebidos	351
SERVIDOR PÚBLICO – Afastamento para Frequência em Curso de Doutorado – Aprovação em Concurso Público nesse Período – Solicitação de Vacância do Cargo Ocupado – Posse em Novo Cargo – Ressarcimento dos Valores Recebidos a Título de Remuneração durante o Afastamento – Possibilidade – Instituições Públicas que Possuem Personalidades Jurídicas Próprias e Patrimônios Específicos, com Orçamento e Quadro de Pessoal Distintos	364
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA – Empresa que Impede a Fiscalização do Recinto onde Ocorre o Processo Produtivo – Alegado Sigilo – Desenvolvimento de Atividade que Necessita do Concurso de Profissionais Químicos – Não Apresentação de Patente ou Requerimento em Relação a Produto ou Método Produtivo que Merecesse Proteção – Execução Fiscal – Multa	374
RESERVA INDÍGENA – Posse Tradicional e Imemorial, e também Recente, das Terras pelos Silvícolas – Pretensão Possessória de Particular – Posse Esbulhada – Excesso no Exercício do Desforço Imediato pelos Nativos – Equipamentos Incendiados na Retomada da Área – Condenação da Funai à Recomposição dos Prejuízos	377

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

Direito Público

ANO VIII — Nº 37 — JAN-FEV 2011

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Nº 610/2009
Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Nº 1999.02.01.057040-0
Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Nº 17/2010
Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Nº 35/2008
Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Nº 10/2009

DIRETORES

Elton José Donato
Dalide Correa

EDITOR-CHEFE

Paulo Gustavo Gonet Branco (IDP/DF)

EDITORA-ADJUNTA

Ana Carolina Figueiró Longo (IDP/DF)

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz (PUC/MG), Ana Paula Barcellos (UFRJ/RJ), Daniel Sarmento (PUC/RJ),
Francisco Fernandes Segado (Universidade Complutense de Madrid/Espanha),
Gilmar Ferreira Mendes (IDP/DF), Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho,
Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS), Inocêncio Mártires Coelho (IDP/DF),
Joaquín Brage Camazano (Universidade Europeia de Madrid/Espanha),
Lauro Gama Jr. (UFRJ/RJ), Pierdomenico Logroscino (Università degli Studi di Bari/Itália)

CORPO ADMINISTRATIVO EDITORIAL

Aderruan Rodrigues Tavares, Bruno Degrazia Mohn, Fernanda Mendonça Figueiredo,
Janete Barros, José Carvalho, Marcos Cesar Santos Vasconcelos, Micaela Dominguez Dutra,
Pedro Izidro, Renata Gonçalves Pereira Guerra Pouso, Rodrigo Chaves de Freitas,
Sidraque Anacleto, Taísa Viana Anchieta, Tatiana do Couto Nunes

COMITÊ TÉCNICO

Edevaldo Siqueira Gaudencio

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

André Castro Carvalho, Carolina Scherer Bicca, Flávio Maltez Coca, Flávio Rezende Dematté,
Gelson Amaro de Souza, Ivete Maria de Oliveira Alves, Joaquín Brage Camazano, José Mauricio Conti,
Karina Denari Gomes de Mattos, Maria Carolina Moncada Burgos

Assunto Especial**ATIVISMO JUDICIAL****DOCTRINAS**

1. Ativismo Judicial e Direito à Saúde: uma Análise da Tutela Jurisdicional nas Ações de Medicamentos
Karina Denari Gomes de Mattos e Gelson Amaro de Souza7
2. A Corte Warren e a Dessegregação Racial nos Estados Unidos da América
Flávio Maltez Coca24
3. O Papel da Jurisdição Constitucional na Implementação das Políticas Públicas de Assistência Social. O Juízo de Adequação dos Critérios Legais do Benefício de Prestação Continuada – BPC pelo Supremo Tribunal Federal
Carolina Scherer Bicca35

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STF).....63
2. Ementário77

Parte Geral**DOCTRINAS**

1. Direitos Implícitos Como Parâmetro Constitucional na Jurisprudência do STF
Flávio Rezende Dematté89
2. Um Exemplo Concreto da Difícil Relação entre Soberania e Igualdade: a Imunidade de Jurisdição e Execução dos Estados Estrangeiros em Matéria Trabalhista
Ivete Maria de Oliveira Alves e Maria Carolina Moncada Burgos.....107

JURISPRUDÊNCIA**ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

1. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....124
2. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....135
3. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....142
4. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....147
5. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....154

EMENTÁRIO

1. Administrativo.....161
2. Ambiental167

3. Constitucional	167
4. Previdenciário	168
5. Processo Civil e Civil.....	172
6. Processo Penal e Penal.....	180
7. Trabalhista	189

DOCTRINA ESTRANGEIRA

1. Estado de Alarma y Constitución Joaquín Brage Camazano	196
--	-----

Seção Especial

TEORIAS E ESTUDOS CIENTÍFICOS

1. O Controle Interno na Administração Pública Brasileira: Qualidade do Gasto Público e Responsabilidade Fiscal José Mauricio Conti e André Castro Carvalho.....	201
--	-----

Clipping Jurídico	221
--------------------------------	------------

Resenha Legislativa.....	225
---------------------------------	------------

Bibliografia Complementar	230
--	------------

Índice Alfabético e Remissivo	231
--	------------

Normas Editoriais para Envio de Artigos	235
--	------------



Interesse Público

Ano XIII - 2011 - Nº 65

Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juarez Freitas (PUC/RS, UFRGS,
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

- Profa. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)
Prof. Carlos Ari Sundfeld (SBDP e FGV/SP)
Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)
Conselheiro Cezar Miola (TCE/RS)
Prof. Clémerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)
Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)
Profa. Cristiana Fortini (UFMG, IMDA)
Prof. Fabrício Motta (UFG)
Prof. Fernando Facury Scaff (UFPA)
Profa. Germana de Oliveira Moraes (UFC)
Prof. Heleno Taveira Tôrres (USP)
Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)
Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)
Prof. Igor Danilevitz (UFRGS e PUCRS)
Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)
Ministro José Augusto Delgado (UniCEUB)
Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)
Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)
Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)
Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)
Prof. Paulo Affonso Leme Machado (UNIMEP)
Prof. Paulo Bonavides (UFC)
Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)
Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)
Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)
Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)
Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

Coordenador-Geral

Prof. Alexandre Pasqualini
(IDARGS, AJURIS)



Editorial	11
------------------------	----

DOCTRINA

Seção de Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

A natureza jurídica dos atos de deferimento do pedido de patente e de patenteação e a decretação administrativa de sua nulidade Sergio de Andréa Ferreira	15
---	----

O direito de regresso do Estado decorrente do reconhecimento de responsabilidade civil extracontratual no exercício da função administrativa José Roberto Pimenta Oliveira	35
--	----

A inexistência de gratuidade para os carteiros no transporte coletivo urbano de passageiros Marcelo Harger	73
--	----

Evolução do Direito Ambiental no Brasil Orci Paulino Bretanha Teixeira	87
--	----

Suplência de senador Antônio Augusto Mayer dos Santos	111
---	-----

Titulares vitalícios e estáveis das serventias extrajudiciais. Limitação de sua arrecadação Carlos Thompson Flores	135
--	-----

El problema constitucional del hijab Fernando Rey Martínez	145
--	-----

Seção de Direito Tributário

Equalização de alíquotas e não cumulatividade do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) Fabio Artigas Grillo	161
---	-----

Uma análise crítica da CIDE – Tecnologia (da finalidade constitucional à real destinação de seus recursos) Fernanda Greco Laureano	179
--	-----

Seção de Direito Municipal

Tributação sobre o consumo e federalismo: perspectiva municipalista Igor Danilevicz	215
---	-----

Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

O novo regime dos consórcios públicos e o federalismo compartilhado:
um desafio para o controle externo brasileiro

Dirceu Rodolfo de Melo Júnior245

O processo administrativo na reforma do Código de Processo Civil
(Projeto de Lei do Senado nº 166/2010)

Evandro T. Homercher277

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Restrição da SRF à assinatura de aditamento de contrato internacional de empréstimo – Alegação de dívidas para com o INSS e a Receita, bem como de inscrição no CADIN e no CAUC – Ausência de notificação – Inobservância do princípio da intrascendência

Agravo Regimental na Medida Cautelar na Ação Cautelar nº 2.270/ES307

Superior Tribunal de Justiça

Servidora pública – Permanência no cargo e aquisição de estabilidade – Ausência de aprovação em estágio probatório – Exigência concomitante de lapso temporal e aprovação em estágio probatório – Fato punido em sindicância utilizado como fator desabonador na avaliação de estágio probatório – Possibilidade. Recurso em Mandado de Segurança nº 22.450 - RS315

Superior Tribunal de Justiça

Mandado de segurança – Servidor público – Ato de demissão – Procedimento administrativo disciplinar – Nulidade – Indeferimento de perícia – Violação do devido processo legal – Não caracterização – Ordem denegada. Mandado de Segurança nº 14.503 - DF325

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Infração de trânsito – Aferição da velocidade por equipamentos eletrônicos – Poder de polícia – Indelegabilidade – Atos materiais prévios ou sucessivos – Transferência a particulares – Possibilidade – Multa – Necessidade de dupla notificação. Apelação/Reexame Necessário nº 2001.38.00.043516-2/MG...331

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Pregão eletrônico – Encerramento dos lances – Apresentação de documentos – Prazo previsto no edital – 24 horas – Exigência não observada – Ilegalidade – Nulidade da inabilitação337

Ementário341

Índice alfabético-remissivo355

Instruções para os autores359

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

Ano 19 • n. 88 • jan.-fev. / 2011

Coordenação

Helena Regina Lobo da Costa

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Publicação oficial do

IBCCRIM

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA EDITORA	7
APRESENTAÇÃO DA NOVA COORDENAÇÃO	13
TEORIA GERAL	
1. Capacidade etária mínima para consentir no direito penal médico CLEOPAS ISAIAS SANTOS, JOÃO BECCON DE ALMEIDA NETO E PAULO VINICIUS SPORLEDER DE SOUZA.....	19
2. "Póstuma modernidade" e erro de proibição DANTE BRUNO D'AQUINO E FÁBIO ANDRÉ GUARAGNI	45
3. La aplicación del concepto de autoria mediata a través de aparatos organizados de poder en América Latina y España: desde el juicio a las juntas militares argentinas hasta los casos contra Abimael Guzman, Alberto Fujimori y los líderes políticos colombianos vin- culados al paramilitarismo FRANCISCO MUÑOZ CONDE E HECTOR OLASOLO	61
4. A modernização do direito penal como exigência da realização do postulado do Estado de Direito (social e democrático) LUIS GRACIA MARTÍN	95
5. Retroatividade penal benéfica: a conjugação de leis penais sob a ótica constitucional VINICIUS DE TOLEDO PIZA PELUSO	143
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	
1. Punição criminal ao porte de entorpecentes para uso próprio e ir- racionalismo repressivo: uma ainda necessária reflexão LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	167
DIREITO PENAL ECONÔMICO	
1. A propositura da ação penal no crime de supressão ou redução de tributo e a Súmula Vinculante 24 HUGO DE BRITO MACHADO	189

PROCESSO PENAL

1. Busca e apreensão e acesso remoto a dados em servidores
HELENA REGINA LOBO DA COSTA E MARCEL LEONARDI 203
2. Delação premiada no Brasil e na Itália: uma análise comparativa
WALTER BARBOSA BITTAR 225

CRIME E SOCIEDADE

1. Representações sociais sobre o controle externo da atividade policial: cultura organizacional e relações institucionais
BRUNO AMARAL MACHADO 273
2. Algunas reflexiones sobre la corrupción política
JULIO FERNÁNDEZ GARCÍA 317

HISTÓRIA

1. Fatos e lições na história penitenciária do Amazonas
CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA E LUÍS CARLOS VALOIS 355

SISTEMA PRISIONAL

1. As facções e o grupo da segurança no Presídio Central de Porto Alegre: relações cooperativas de autopreservação
NEDIO SEMINOTTI E VINÍCIUS RICARDO SALLIN 391

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

AUTORES 419

TEMAS 420

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA 425

Revista

BRASILEIRA DE FILOSOFIA

Ano 59 • n. 235 • jul.-dez./ 2010

Publicação oficial do

INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA

Presidente

CELSO LAFER

Coordenadores

MIGUEL REALE JÚNIOR

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR

JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Editores

JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

MARCELO ESTEBAN CONIGLIO

ELZA ANTONIA PEREIRA CUNHA BOITEUX

Assistente Editorial

ALINE GONÇALVES DE SOUZA

APRESENTAÇÃO.....	5
I. LAUDATIO	
1. A memória reverenciada: Miguel Reale CELSO LAFER	9
2. Um estudo sobre o significado da vida e da obra de Miguel Reale CLÁUDIO DE CICCIO.....	20
3. Prof. Miguel Reale – Gestor – Governança corporativa RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA.....	31
II. ARTIGOS EM HOMENAGEM A MIGUEL REALE	
1. Mundo circundante, mídia e construção do direito MIGUEL REALE JÚNIOR.....	39
2. Miguel Reale: o filósofo da teoria tridimensional do direito TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR.....	53
3. O conceito de conjectura e a ontologia de Miguel Reale JOÃO MAURÍCIO ADEODATO.....	81
4. Miguel Reale e o idealismo alemão: Kant e Hegel JOAQUIM CARLOS SALGADO	93
5. Recordando Miguel Reale: da informática jurídica à Escola do Recife MARIO G. LOSANO	113
6. A Brazilian perspective on jurisprudence: Miguel Reale's tridimensional theory of law AUGUSTO CÉSAR MOREIRA LIMA.....	133
7. Poder: técnica (jurídica) y substancia del derecho ANTONIO A. MARTINO.....	191
8. Realismo crítico e verdade jurídica LUIZ FERNANDO COELHO.....	207

9. Teoria da interpretação e normas de direito civil MARIA CRISTINA DE CICCIO	231
10. Dimensões da teoria jurídica: diálogo com a teoria tridimensional do direito em Miguel Reale PAULO FERREIRA DA CUNHA	249
11. A ideia de democracia no pensamento de Miguel Reale ANTÓNIO BRAZ TEIXEIRA	271
12. Breves remarques sur <i>La theorie tridimensionnelle du droit</i> de Miguel Reale PAUL DUBOUCHET.....	287
III. SELEÇÃO DE ARTIGOS DE MIGUEL REALE PUBLICADOS EM REVISTAS INTERNACIONAIS	
1. Law and power and their correlation MIGUEL REALE	311
2. La basi filosofiche della interpretazione MIGUEL REALE	340
3. Giambattista Vico, la giurisprudenza e la scoperta del mondo dello spirito MIGUEL REALE	347
4. Posición del tridimensionalismo jurídico concreto: presupuestos de la concretización tridimensional MIGUEL REALE	363
5. La Filosofía del Derecho y las formas del conocimiento jurídico (con introito de Martin T. Ruiz Moreno) MIGUEL REALE	389
IV. BIOGRAFIA, BIBLIOGRAFIA E HOMENAGENS A MIGUEL REALE	409
MEMBROS DA DIRETORIA DO IBF E DA FUNDAÇÃO NUCE E M. REALE.....	417
MEMBROS EFETIVOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA	419
MEMBROS INTERNACIONAIS.....	420
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	421
PUBLICATION STANDARDS FOR AUTHORS.....	422

**REVISTA DE DIREITO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

SUMÁRIO

• DOUTRINA

Propriedade Industrial - Meios de Defesa

ANTONIO CARLOS ESTEVES TORRES 13

Em Defesa dos Embargos Infringentes: Reflexões Sobre os Rumos da Grande Reforma Processual

JOSÉ AUGUSTO GARCIA DE SOUSA 28

Não Incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte Sobre as Verbas Pagas aos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro a Título de Férias e Licença-prêmio não Gozadas e de Conversão de 1/3 das Férias em Abono Pecuniário (Art. 78, Lei nº 8.112/90) e a Possibilidade de Ressarcimento dos Valores Indevidamente Retidos

LEONARDO PIETRO ANTONELLI E GUSTAVO CARVALHO GOMES SCHWARTZ 71

Os Aquestos no Regime da Separação Obrigatória de Bens

ARION SAYÃO ROMITA 79

• JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 93

• JURISPRUDÊNCIA TEMÁTICA – VINTE ANOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 133

• JURISPRUDÊNCIA CÍVEL 167

• JURISPRUDÊNCIA CRIMINAL 273

• NOTAS E COMENTÁRIOS

SENTENÇA DA LAVRA DO EXMO. SR. DR. EDUARDO ANTÔNIO KLAUSNER, JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DE SÃO GONÇALO – PROCESSO: 0084017-11.2007.8.19.0004 (2007.004.083894-0) 347

AVISO TJ Nº 57/ 2010 350

ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS DO FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA 351

RESOLUCAO TJ/OE nº 16, DE 30/11/2009 (ESTADUAL)	359
LEI nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.....	365
ATO NORMATIVO TJ nº 30, DE 07/12/2009 (ESTADUAL)	372
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SÚMULAS VINCULANTES ATUALIZADAS	375
• SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	387
ÍNDICE ALFABÉTICO DAS SÚMULAS	388
• ÍNDICE DE DOCTRINAS E ACÓRDÃOS POR ASSUNTO	423
• ÍNDICE DE ACÓRDÃOS POR RELATOR	436
• ÍNDICE DE ACÓRDÃOS POR ORDEM NUMÉRICA	440

Revista de Doutrina e Jurisprudência

Set./Dez.
2009

91

Tribunal de Justiça
do Distrito Federal
e dos Territórios

SUMÁRIO

DOCTRINA

A Atual Percepção da Prisão Preventiva

Rejane Zenir Castro Jungbluth Teixeira..... 13

JURISPRUDÊNCIA

Tribunal de Justiça do Distrito Federal 25

ÍNDICES

Numérico dos Acórdãos..... 473

Alfabético..... 483

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília · ano 47 · nº 188 · outubro/dezembro · 2010

- Dilvanir José da Costa
Jorge Miranda
Leonel Cesarino Pessôa
Adilson José Moreira
Walter Claudius Rothenburg
Christian Edward Cyril Lynch
Fernando J. Armando Ribeiro e
Gabriela de Sousa Moura
Aziz Tuffi Saliba, Clarissa Piterman
Gross e Luisa Quintão Ubaldo
Carlos José S. Machado
e Rodrigo M. Vilani
Ibsen Noronha
Jair José Perin
Hugo Evo Magro Corrêa Urbano
Mário Soares Caymmi Gomes
Renato Gugliano Herani
Beclaute Oliveira Silva
- Marcos do pensamento filosófico e do pensamento
jurídico 7
O regime dos direitos sociais 23
Teoria pragmática e teoria da interpretação 37
A construção jurídica da heterossexualidade 45
A segunda geração do mandado de injunção 69
O Poder Moderador na Constituição de 1824 e no
anteprojeto Borges de Medeiros de 1933. Um estudo
de direito comparado 93
O caráter cognitivista das normas deônticas. Reflexões
a partir de Kant e Habermas 113
Discrecionariedade ou vinculação? Um estudo dos atos
administrativos de exclusão do estrangeiro admitido
no território nacional 131
Aspectos conceituais do licenciamento ambiental
na conservação de recursos naturais não renováveis.
Exploração de petróleo e gás natural no Brasil 143 -
Brasília: panorama jurídico-histórico. Em torno da
legislação fundadora de Brasília 153
Arquitetura da estrutura jurídico-funcional da
Advocacia-Geral da União após dezessete anos de
existência. Modelo ideal 167
Notas sobre a efetivação do direito fundamental à
saúde 179
O direito na mudança paradigmática da pós-
modernidade 191
Anomia do processo constitucional objetivo 209
“Centauro” ou “da imanência à transcendência”.
Considerações sobre o homem e a política em “O
príncipe” de Maquiavel 229

- Ben-Hur Rava
Empresários e transição democrática. Os interesses de classe na Constituinte de 1987/1988 239
- Geilza Fátima Cavalcanti Diniz
Teoria da argumentação jurídica e *love's knowledge* no caso da antecipação do parto do feto anencéfalo 255
- Manoel Hermes de Lima
O atual Código Civil, sua intertextualidade e intersistematicidade como diretrizes metodológicas e sua proteção a grupos culturais 277
- Ana Tereza Pinto Filipecki et al.
Análise crítica do marco regulatório da experimentação animal na biomedicina brasileira 293
- Orione Dantas de Medeiros
Direito Constitucional Comparado. Breves aspectos epistemológicos 313
- Éder Maurício Pezzi López
Polícia Legislativa do Senado Federal. Atribuições investigativas e de polícia judiciária em face da Constituição de 1988 333
- Márcio Adriano Anselmo
O ambiente internacional do combate à lavagem de dinheiro 357



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Revista ^{dos} Juizados Especiais

DOCTRINA
JURISPRUDÊNCIA

Dezembro – 2009
Abril/Agosto – 2010
Porto Alegre

57/58/59

SUMÁRIO

Apresentação	9
Doutrina:	
Duas Questões Práticas sobre a Aplicação Imediata das Medidas Previstas para a Posse de Drogas para uso Próprio no Âmbito dos Juizados Especiais Criminais – Maurício Ramires	13
Denúnciação à Lide no Juizado Especial Cível – Marco Aurélio Martins Rocha	21
Questões Relevantes da Indenização por Danos Morais nos Juizados Especiais Cíveis – Frederico Antônio Azevedo Ludwig	24
Decisões de 1º Grau	29
Jurisprudência:	
Turmas Recursais Cíveis	59
Turma Recursal Criminal	91
Noticiário	117
Administrativo	163

REVISTA JURÍDICA EMPRESARIAL

Edição 17 – Novembro/Dezembro 2010 – ISSN-1982-9914

Destaques:

- **Recursos Hídricos. Proteção**
- **Consumidor. Dever de Informação**
- **Propriedade Intelectual. Tutela Jurídica dos Desenhos e Modelos**
- **Contratos de Empreitada Global. Aspectos Tributários**
- **Direito societário. *Holding***
- **Indústria Farmacêutica e Pesquisas com Seres Humanos**
- ***Trust*. Direito Inglês. Cotejo com Institutos Afins do Direito Brasileiro**
- **Doutrina Estrangeira: Compra e Venda e Franquia**

17

Nov./Dez.
2010

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Nacional

- 11 João Carlos Leal Júnior e Jeniffer Nakahodo
(Aspectos Jurídicos dos Recursos Hídricos)
- 41 Marcos Cáprio
(O Dever de Informação em Perspectiva Civil e Consumista)
- 59 Karla Polina Albuquerque Silveira
(Tutela Jurídica dos Desenhos e Modelos)
- 91 Jonathan Doering Darcie
(Os Contratos de Empreitada Global e sua Tributação: Conflito de Competência entre ICSM e ISS)
- 113 Nikolai Sosa Rebelo
(Sociedades Holding e suas Funções Estratégicas)
- 135 Euzébio Henzel Antunes
(A Indústria Farmacêutica e as Pesquisas com Seres Humanos)
- 167 Guilherme Pederneiras Jaeger
(O Instituto Inglês do Trust)

Doutrina Estrangeira

- 191 Orlando Merino Recinos
(La Franquicia: Herramienta de Negocios y Exportadora de País)
- 195 Ana Prata
(Os Contratos em Volta (da Compra e Venda))

Atualidades Empresariais

- 225 Notícias selecionadas por
Rafael Sirangelo Belmonte de Abreu

Jurisprudência Comentada

- 233 Supremo Tribunal Federal
(Comentários ao Julgamento do Recurso Extraordinário
583.955-9/RJ Acerca da Recuperação Judicial da Empresa
Aérea GOL/VARIG. Acórdão Comentado por Tiago
Bitencourt de David)

Jurisprudência

- 251 Supremo Tribunal Federal
- 275 Superior Tribunal de Justiça
- 289 Superior Tribunal de Justiça
- 297 Superior Tribunal de Justiça
- 305 Tribunal Superior do Trabalho
- 313 Ementário
- 347 *Sinopse de Mudanças Legislativas*
(*Legislação Relevante de Novembro a Dezembro de 2010*)
- 349 *Índice Alfabético – Remissivo*

ISSN 2175-100X

Revista SÍNTESE

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

ANO XII — Nº 69 — JAN-FEV 2011

CLASSIFICADA NO QUALIS NA CATEGORIA B5

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Superior Tribunal de Justiça — Nº 45/2000
Tribunal Regional Federal da 1ª Região — Nº 20/2001
Tribunal Regional Federal da 2ª Região — Nº 1999.02.01.057040-0
Tribunal Regional Federal da 3ª Região — Nº 19/2010
Tribunal Regional Federal da 4ª Região — Nº 07/0042596-9
Tribunal Regional Federal da 5ª Região — Nº 10/2007

DIRETOR

Elton José Donato

GERENTE EDITORIAL

Maria Líliana C. V. Polido

EDITORA

Simone Costa Salleti Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Ada Pellegrini Grinover, Antônio Carlos Marcato, Araken de Assis, Arruda Alvim,
Athos Gusmão Carneiro, Ênio Santarelli Zuliani, Humberto Theodoro Jr.,
João Baptista Villela, José Carlos Barbosa Moreira, José Rogério Cruz e Tucci,
Nehemias Domingos de Melo, Ricardo Raboneze, Sérgio Gilberto Porto,
Sílvio de Salvo Venosa

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Alex Perozzo Boeira, Bruno Campos Silva, Caio Sérgio Paz de Barros,
Demócrito Reinaldo Filho, Denis Donoso, Eduardo Ribeiro Augusto, Estefânia Lima Maia,
Gislene Barbosa da Costa, Hugo Evo Magro Corrêa Urbano, Iara Rodrigues de Toledo,
Lucas Carlos Vieira, Magno Federici Gomes,
Sérvio de Aguiar Soares

Assunto Especial**DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA****DOCTRINAS**

1. A Desconsideração da Personalidade Jurídica – Noções Gerais e Questões Controvertidas à Luz da Doutrina e da Jurisprudência
Alex Perozzo Boeira.....7
2. Questões Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor
Magno Federici Gomes e Estefânia Lima Maia21
3. A Desconsideração da Personalidade Jurídica Frente às Relações de Consumo: Breve Estudo Acerca do § 5º do Artigo 28 do CDC
Iara Rodrigues de Toledo e Lucas Carlos Vieira.....37

JURISPRUDÊNCIA

1. Acórdão na Íntegra (STJ).....45
2. Ementário.....57

Parte Geral**DOCTRINAS**

1. Exceção de Pré-Executividade – Sua Extinção após a Lei nº 11.382/2006
Demócrito Reinaldo Filho64
2. As Causas de Pedir e o Descortino da “Misteriosa” (Causa de Pedir) Próxima. As Teorias da Substanciação e Individuação
Caio Sérgio Paz de Barros76
3. Aglutinação das Atividades Cognitivas e Executivas. Evolução da Execução de Liebman ao Processo Civil do Século XXI
Denis Donoso100
4. A Tutela da Confiança e os Limites Éticos para a Denúncia do Contrato
Hugo Evo Magro Corrêa Urbano109
5. O Recurso de Agravo de Instrumento e o Efeito Suspensivo – “Indevida Via Transversa Oportunizada pelo Juízo de Primeira Instância”
Bruno Campos Silva126

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça	132
2. Superior Tribunal de Justiça	136
3. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.....	144
4. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	149
5. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	156
6. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	162
7. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	169

EMENTÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência Civil, Processual Civil e Comercial.....	174
---	-----

Seção Especial

COM A PALAVRA, O PROCURADOR

1. Princípios e Funções do Contrato no Direito Privado Contemporâneo Sávio de Aguiar Soares.....	202
---	-----

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

1. Pena Cominatória – <i>Astreinte</i> – Juros de Mora – Descabimento da Imposição de Juros Moratórios nas <i>Astreintes</i> Decorrentes de Comina- ção no Âmbito das Obrigações de Fazer Gislene Barbosa da Costa.....	222
--	-----

EM POUCAS PALAVRAS

1. <i>Links</i> Patrocinados Eduardo Ribeiro Augusto.....	225
--	-----

Clipping Jurídico.....	227
------------------------	-----

Resenha Legislativa.....	229
--------------------------	-----

Súmulas.....	230
--------------	-----

Bibliografia Complementar.....	231
--------------------------------	-----

Índice Alfabético e Remissivo.....	232
------------------------------------	-----

Normas Editoriais para Envio de Artigos.....	237
--	-----

REVISTA TRIBUTÁRIA

e de finanças públicas

Ano 19 • n. 96 • jan.-fev. / 2011

Coordenação-geral

EDVALDO PEREIRA DE BRITO

Coordenação de Jurisprudência

MARCELO CAMPOS

Publicação oficial da

Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT

Repertório de jurisprudência autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelos Tribunais Regionais Federais das 1.ª, 2.ª, 4.ª e 5.ª Regiões.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS	
1. A competência tributária municipal e o meio ambiente FRANCYSKO PABLO FEITOSA GONÇALVES E HÉLIO SÍLVIO OURÉM CAMPOS.....	19
2. Imunidades tributárias: alguns aspectos doutrinários e jurisprudenciais JULIO PINHEIRO FARO HOMEM DE SIQUEIRA	39
3. Solidariedade social e tributação: uma análise constitucionalmente orientada LUANA NORONHA	71
4. As imunidades tributárias e o direito fundamental à educação PEDRO AUGUSTIN ADAMY	101
CIÊNCIA DAS FINANÇAS	
1. O lucro como espécie de ganho do instituto econômico da repartição CARLOS WALTER.....	137
2. Segurança jurídica do orçamento público e sua alteração HARRISON FERREIRA LEITE.....	153
TRIBUTOS	
1. A não incidência do ICMS no fornecimento de materiais fabricados pelo empreiteiro fora do local da obra HENRY GONÇALVES LUMMERTZ.....	183
2. A exceção à regra de imunidade do ITBI prevista no art. 156, § 2.º, da CF/1988: análise legal e jurisprudencial HERBERT MORGENSTERN KUGLER E EDUARDO TRISTÃO	207
3. Reflexões sobre os princípios constitucionais aplicáveis às regras de subcapitalização brasileiras veiculadas pela MedProv 472/2009 e eficácia de sua conversão na Lei 12.249/2010 para fins de IRPJ e CSLL LEONARDO FREITAS DE MORAES E CASTRO E SÉRGIO PAPINI DE MENDONÇA UCHÔA FILHO	221

4. A base de cálculo da contribuição ao Funttel LUIZ ROGÉRIO SAWAYA BATISTA	241
5. A inexistência de tributação indireta de impostos sobre a atividade de VoIP (voz sobre protocolo de Internet) ROGÉRIO WANDERLEY GUSTI E ROMEU SEIXAS PINTO NETO	265

DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

1. O processo administrativo tributário de São Paulo e a Lei estadual 13.457/2009 SYLVIO CÉSAR AFONSO	281
2. Considerações sobre os limites para a concessão de medidas liminares e tutelas de urgência em matéria tributária VÍCTOR FERNANDES CERRI DE SOUZA	297

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

1. Nova hermenêutica para os crimes de colarinho-branco – Crimes contra a ordem tributária, econômica e financeira ARTUR CÉSAR DE SOUZA	321
--	-----

PARECER

1. Contratação de <i>software</i> para automação de força de vendas – <i>Pocket sale</i> – Retenção de contribuição previdenciária de 11% – Inexistência de cessão de mão de obra – ISSQN – <i>Help desk</i> – Aspecto espacial – Local do recolhimento JOSÉ ROBERTO CAMARGO	335
---	-----

JURISPRUDÊNCIA

• DECISÕES ANOTADAS

1. Acórdãos

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

AGRAVO REGIMENTAL – Não conhecimento – IPI – Importação – Veículo automotor – Pessoa física que adquire bem para uso próprio	349
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Oposição alegando omissão em relação à inconstitucionalidade do art. 166 do CTN – Inadmissibilidade	354

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ILEGITIMIDADE ATIVA <i>AD CAUSAM</i> – Inocorrência – Consumidor final – Repetição de indébito – ICMS – Aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e ao uso e consumo	358
--	-----

RECURSO ESPECIAL – Não conhecimento – Juízo *a quo* que decidiu pela não incidência da contribuição previdenciária sobre pagamentos efetuados a título de participação nos lucros..... 365

REPETIÇÃO DE INDÉBITO – Prescrição – Inocorrência – Depósitos de contribuição previdenciária recolhidos pela União – Desconstituição do pagamento por ação rescisória que ocasiona novo *dies a quo* para contagem do prazo 379

ICMS – Não incidência – Transferência de mercadoria entre filiais de uma mesma empresa..... 392

CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Suspensão da exigibilidade – Ocorrência – Depósito do montante integral do débito exequendo..... 403

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2.^a REGIÃO

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO – Isenção tributária – Ocorrência – Transporte de produto à granel – Diferença de peso inferior à 5% entre o total da carga transportada e a desembaraçada que impede a cobrança do imposto..... 420

EXECUÇÃO FISCAL – Redirecionamento dos atos executórios ao patrimônio do ex-sócio da empresa executada – Inadmissibilidade..... 426

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 3.^a REGIÃO

IPI – Crédito-prêmio – Exportação – Compensação de créditos – Admissibilidade..... 432

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4.^a REGIÃO

EXECUÇÃO FISCAL – Prescrição intercorrente – Decretação de ofício – Admissibilidade. EXECUÇÃO FISCAL – Prescrição intercorrente – Termo inicial – Contagem que é feita a partir do despacho que determina a suspensão 436

TRIBUTO – Compensação tributária – Créditos oriundos de decisão judicial sob o regime da Lei 8.383/1991 – Compensação dos créditos de PIS com débitos de PIS e Cofins na via administrativa – Admissibilidade..... 443

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – Serviço público – Telefonia – Preço tarifário – Encargos financeiros, relativos ao PIS e Cofins, que são repassados pela concessionária ao consumidor final através de aumento das tarifas cobradas na fatura – Admissibilidade..... 459

2. Decisão Monocrática

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

ICMS – Importação – Cobrança – Sujeito ativo – Estado em que se situa o estabelecimento do adquirente da mercadoria importada, ainda que o desembaraço aduaneiro tenha ocorrido em outro ente federativo intermediário da importação 467

RESENHA

1. *Direito Fiscal europeu – O paradigma da proporcionalidade: a proporcionalidade como critério central da compatibilidade de normas tributárias internas com as liberdades fundamentais*, de João Félix-Pinto Nogueira – resenha por

ROBERTO MUHÁJIR RAHNEMAY RABBANI..... 4

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 4